



Uma situação conjuntural pode justificar, e eu já tive isto em mente

É preciso dar um sentido à democracia, garantindo uma dimensão ética, participada e inovadora no exercício da política. É preciso afirmar os direitos fundamentais e as liberdades públicas, como algo de intrínseco à natureza do Estado Democrático. É necessário articular a democracia com o desenvolvimento, garantindo a todos, à partida, condições minimamente suportáveis de existência. É necessário a configuração de novos modelos e práticas de funcionamento das instituições da democracia representativa que a Constituição define, articulando-os a formas e regras de democracia directa, no sentido de uma participação alargada dos cidadãos. É necessário mobilizar energias e capacidades no reencontro com a identidade nacional, caldeada pela história. *dar e dar-lhes expressão projectada no futuro.*

3. A transparência do exercício político exige novos comportamentos onde o rigor dos processos e a capacidade e competência da acção pessoal se manifestem.

A defesa da democracia exige, muito claramente, que os direitos fundamentais e as liberdades públicas sejam entendidos como algo de intrínseco à natureza do Estado Democrático.

Fundação Cuidar o Futuro

3. Os direitos e as liberdades públicas não são um simples objectivo programático ou eleitoral, mas constituem um valor político activo e estruturante, independentemente de quem detém o poder político.

Na sua dimensão humana, historicamente consolidada, os direitos e as liberdades universais (à vida, à segurança, à personalidade, à cidadania, à participação, à cultura, à educação e ao trabalho) terão que se realizar como direitos entre os cidadãos mas, fundamentalmente, e para sua defesa, como direitos perante o Estado.

~~É inadmissível, e revelador de uma grave perversão democrática, a filosofia e as soluções contidas na recente proposta de "lei sobre Segurança Interna".~~ *São inadmissíveis. Não se pode aceitar q num* Um Estado Democrático de Direito não pode assumir que a privacidade dos cidadãos esteja na dependência do arbítrio administrativo - abrindo espaço, neste foro, quer à Administração Policial quer à Administração Militar.

Recusamos
Digamos veementemente, por isso, não à policialização da justiça, não a estados de excepção mais ou menos militarizados.



É indispensável adoptar uma planificação estruturada e participada, *que pelo dinamismo e pela sua rigidez leve* de par com a superação de uma burocracia atrofiante e irracional. O país não pode continuar dividido entre antagonismos artificiais que o dilaceram e fomentam assimetrias crónicas: litoral-interior; cidade-campo; indústria-agricultura; sector público-sector privado.

Mas o desenvolvimento nacional não pode cimentar-se em vínculos económicos que nos coloquem em situação de dependência e incapacidade de livremente decidirmos do nosso destino.

O recurso ao Fundo Monetário Internacional, para colmatar a nossa dívida externa, não nos pode colocar numa lógica de atrofiamento produtivo, dependência e crescente desequilíbrio, à margem de um equacionar dos problemas mundiais e da injusta redistribuição da riqueza e do trabalho.

Do mesmo modo, a adesão à CEE *apresenta* - *badalada* como solução *mirífica* e superação externa dos bloqueios do crescimento interno - não nos poderá fazer resvalar para a condição de parceiro menor em que as prioridades da produção nacional cedam aos *diktats* e arranjos resultantes da superação dos desequilíbrios dos países economicamente dominantes.

país desenvolvido, olhado condescendente, como desenvolvendo-se a uma velocidade menor

5. Face às condições da sociedade portuguesa, e na busca de um novo modelo de desenvolvimento, temos que afirmar o primado da plena valorização dos recursos humanos e a importância da utilização integrada dos nos sos próprios recursos nacionais.

E para tanto é necessário um esforço colectivo em defesa, e defendido, por uma nova coesão e solidariedade social. E este só é possível se protagonizado, também, por novos parceiros sociais - cooperativas, associações culturais, movimentos de jovens, mulheres, ecológicos - capazes de contribuir para a obtenção de um consenso alargado em opções de âmbito nacional.

A repartição equitativa dos custos da crise económica e dos benefícios da recuperação, a redução dos horários de trabalho, as novas metas de qualificação profissional, o papel decisivo a atribuir à educação, a reformulação das empresas públicas, exigem soluções globais de consenso que terão que implicar todos os parceiros sociais e os cidadãos *em geral*.



6. As soluções globais que o desenvolvimento pressupõe exigem a configuração de novos modelos e práticas de funcionamento das instituições democráticas. E, desde logo a dignificação do Parlamento como principal elo político, a nível central, entre o cidadão e o Estado. Para tanto há que alterar o sistema eleitoral, ligando os deputados aos eleitores e criando mecanismos que possibilitem a eleição de representantes por listas de cidadãos.

O Parlamento não pode constinuar a ser um palco de rituais e de confronto entre alinhamentos previamente estudados e hierarquicamente controlados, transformado em caixa de ressonância das decisões e opções governamentais.

E para que os centros de decisão do sistema político se não confinem a núcleos cada vez mais reduzidos, é necessário incrementar o processo de regionalização e descentralização administrativa: um debate nacional sobre o quadro político-administrativo a adoptar é uma exigência imediata da democracia portuguesa.

Só assim acharemos um caminho capaz de combater em profundidade a estrutura centralizada e entorpecedora da Administração Pública e superar a partilha de influências, poderes paralelos e irracionalidades burocráticas.

O reequilíbrio do sistema político exige, ainda, a clarificação do sistema de governo: a redefinição dos poderes do Presidente da República numa lógica semi-presidencialista plena; a adopção de soluções de referendo e de participação dos cidadãos na vida e instituições públicas, e, eventualmente, de par com a redução do número de parlamentares, a solução de uma segunda Câmara representativa das regiões.

7. Mas a defesa da dignificação do Estado Democrático não pode confinar-se a simples denúncia do formalismo jurídico-político. É necessário contribuir para a clarificação do sistema partidário, o reordenamento das forças políticas e o retorno da sua função representativa. A eventualidade do surgimento de novas forças políticas constituirá, por isso, neste quadro, um importante e significativo factor de mudança.



As eleições presidenciais de 1985 constituirão, igualmente, um momento privilegiado de alteração do quadro político que poderá iniciar um tempo de mutações condicionantes do futuro nacional, a curto e médio prazo.

E é este um dos raros momentos e espaços de intervenção política, a nível central, em que os cidadãos partidariamente independentes poderão intervir em plenitude - conscientes da necessidade de um candidato presidencial capaz de romper o bloqueio da desesperança e da resignação da sociedade portuguesa.

E esta candidatura só constituirá um factor de renovação da esperança e construção do futuro, desde que se não apresente em torno de mitos ideológicos esvaziados de sentido, e sirva um projecto novo de desenvolvimento e de mobilização nacional que nos reconduza à compreensão da honra e dignidade de ser portugueses.

Os signatários declaram, firmemente, que crêem na lucidez e na capacidade de mudança colectiva que o povo português saberá encontrar.

Pela nossa parte, assumimos as responsabilidades de um contributo constante ético-político, cultural e social em prol duma nova vida e de um reencontro da Pátria com a sua história, projectada no futuro.

Fundação Cláudio O Futuro